

## A cooperativa como elemento de capital social da comunidade\*

## Cooperative as element of social capital of community

*Paulo César da Silva Ilha\*\**

### Resumo

Este artigo discute a cooperativa como elemento de capital social da comunidade em que está inserida. Para alicerçar o tema, foi utilizado um referencial teórico sobre desenvolvimento regional e capital social. Em busca de indício de capital social empregaram-se três vertentes delimitadoras na investigação do cooperativismo: o pensamento cooperativista dos chamados “pensadores utópicos”, dos princípios cooperativistas concebidos pela Aliança Cooperativista Internacional (ACI) e da análise de conceito de personalidades importantes do cooperativismo. Como resultado, tem-se a evidência de uma possível correlação dos princípios do cooperativismo e do pensamento dos precursores com a caracterização de capital social. Na análise de conceitos do cooperativismo, fica evidente, porém, a preocupação da cooperativa somente com os seus cooperantes, ou seja, aqueles que possuem um relacionamento formal com a cooperativa.

**Palavras-chave:** cooperativa; capital social; desenvolvimento regional.

### Abstract

This paper discusses cooperative as element of social capital of the community in which they are inserted. A theoretical reference about the regional and social capital development has been used as a base for the topic. Searching for traces of social capital, three delineated lines of research about cooperativism investigation have been used: the cooperativist thoughts, of the so-called “utopic thinkers”, the cooperativist principles conceived by ACI and the concept analysis of important theorists of cooperativism. As a result, there is evidence of a possible correlation of cooperativism principles and the thought of predecessors with the social capital characterization. On the analysis of cooperativism concepts, it is evident, however, that cooperative worries only about its cooperators, that is, those who have a formal relationship with the cooperative.

**Keywords:** cooperative; social capital; regional development.

\* Este artigo, em uma versão preliminar, foi apresentado no Encontro Científico de “Desenvolvimento e Sustentabilidade Ambiental: políticas públicas e organizações”, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ UNIOESTE/Toledo, 2008.

\*\* Mestrando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na UNIOESTE – Campus Toledo. Bolsista da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E-mail: paulocesartilha@yahoo.com.br

## Introdução

A ideia de cooperativismo surgiu em meio às grandes transformações promovidas pela revolução industrial no século XVIII, principalmente pelo surgimento da classe operária, que era tremendamente explorada pelo capitalismo. Como uma das alternativas para esse impasse, manifesta-se a necessidade de as pessoas se unirem diante das suas limitações econômicas, sociais e até mesmo humanas. Dessa união é que surgiram as primeiras ações em relação à busca de novas formas de relacionamento social e econômico, que fez nascer o associativismo.

Segundo Pinho (1982, p.195),

O movimento inspirado no associativismo apresenta-se como reação profundamente humana, contra os abusos da concorrência, e da exploração da mão-de-obra do capitalismo industrial liberal da época.

Como resultado do movimento associativista, surgiu a primeira cooperativa a se desenvolver no mundo, em dezembro de 1884, na Inglaterra, concretizando uma nova proposta de realização econômico-social através de uma empresa diferenciada, em que a afirmativa era de que todos os participantes fossem membros ativos da sociedade, com atuação conjunta em defesa dos seus interesses comuns por meio do desenvolvimento econômico a todos os cooperantes (ILHA, 2005).

Esse novo instrumento de desenvolvimento econômico e social espalhou-se rapidamente para todos os continentes, sendo adotado por países de diferentes formas de organização política, contudo não pôde ser considerado como um modelo intrínseco do capitalismo e nem do socialismo; as instituições cooperativistas têm um pouco do que é bom em cada ideologia (ABRANTES, 2004). É por essa razão que há um grande embate entre defensores e críticos da sua proposta.

O processo de busca de novos modelos de desenvolvimento econômico e social, processo no qual se apresentava a cooperativa, evoluiu e surge, na década de 1970, a teoria endogenista, que se propunha a verificar a problemática dos desequilíbrios econômicos

regionais da base para o topo, através das instituições e de novos fatores de produção tais como o capital humano e o capital social. Entendia-se que tais capitais poderiam ser estrategicamente gerenciados do local para o global (MORAES, 2003). Assim, é com base no fator de produção do capital social que se tem estudado a importância da comunidade, das relações sociais e da capacidade de cooperação de seus atores para o processo de desenvolvimento, mas pouco se tem discutido o papel das cooperativas nesse contexto.

Com esse novo pressuposto, pergunta-se: – Pode a cooperativa ser concebida como elemento de capital social local favorecendo, de forma importante, o desenvolvimento regional, ou seja, da comunidade como um todo?

Para buscar resposta a esta pergunta, o método científico a ser utilizado foi uma pesquisa bibliográfica, através da análise do pensamento dos precursores do cooperativismo, dos princípios do cooperativismo ao longo da sua história e da análise de conceitos de personalidades que conhecem o cooperativismo. A investigação dessas três vertentes delimitadoras oferece elementos suficientes, ainda que limitados, em relação ao universo total do cooperativismo, para tecer um posicionamento que atenda ao objetivo deste artigo.

## 1 A caracterização de capital social e desenvolvimento regional

O modelo capitalista liberal faz surgir, a partir do final do século XX, as ações globalizantes, como se fossem um grande manto que cobre todas as nações com ideal de desenvolvimento, mas, na verdade, tais ações voltadas ao desenvolvimento são para aqueles que já o possuem. Na obstinação de serem abrangentes, essas ações acabam por criar fissuras de subdesenvolvimento, acabando de vez com qualquer possibilidade de reação. Por isso, as ações do desenvolvimento regional devem partir de achados diferentes das estruturas globalizantes, buscando forças coletivas locais.

A literatura acadêmica que trata do tema do capital social parte, de modo quase generalizado, da constatação de que as variáveis econômicas não são suficientes para produzir desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. Afirmam essas fontes que o crescimento econômico não produz, necessária e diretamente, o desenvolvimento social; lembram que as instituições e o sistema social são elementos-chave na resolução do problema do acesso aos benefícios econômicos produzidos e da sua repartição. Autores como Robert Putnam, James Coleman, Michael Woolcock, Henrique Rattner, Ricardo Abramovay, entre outros estudiosos do tema, tratam, nos seus respectivos campos de estudo, as redes de compromisso cívico, as normas de confiança mútua e a riqueza do tecido associativo enquanto fatores fundamentais do desenvolvimento regional. Nesse sentido, afirma Milani (2004), os fatores de ordem social, institucional e cultural são, assim, reconhecidos por terem impacto direto no incremento qualitativo da comunicação entre indivíduos e atores sociais, na produção de melhores formas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva.

Ora, sabe-se, desde há muito, que o desenvolvimento regional envolve fatores como: o desenvolvimento que é engendrado pelas forças exógenas atraídas por algum fator que possa remunerar melhor o capital investido; o de políticas públicas, com interesse de melhorar as condições existentes numa região; ou o que é gerado endogenamente da própria comunidade local, através do chamado capital social.

Desse escopo de análise é que se destaca o novo elemento a ser considerado como importante referencial do desenvolvimento: o capital social. Segundo Moraes (2003), capital social significa relações sociais "institucionalizadas" na forma de normas ou redes sociais. Estas relações sociais são institucionalizadas porque representam acúmulos de práticas sociais culturalmente incorporadas na história das relações de grupos, comunidades ou classes sociais.

Bandeira (2003, p.16), por sua vez, afirma que existe uma forte influência entre capital social e desenvolvimento econômico. Para ele, "O capital social, quando existente em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas que resultem no benefício para toda a comunidade".

Então, o desenvolvimento regional está também diretamente ligado às características da organização social e das relações cívicas encontradas em cada região ou território. Esta afirmação serve como explicativa da não-homogeneização do desenvolvimento para todas as regiões de um país e também explica por que acaba não permitida uma distribuição mais equitativa de renda entre os diversos grupos sociais. Evidencia-se que os efeitos distintivos de crescimento econômico concentrador são claramente desiguais e insuficientes para eliminar as situações de pobreza em que ainda vive uma significativa parcela da população.

As três formas explicativas para o desenvolvimento regional citadas anteriormente ainda não são totalmente suficientes para ensejar uma discussão mais apropriada sobre o tema, pois há que se levar em consideração também as questões do meio ambiente ecológico.

Lima (2002) apresenta o desenvolvimento sustentável como um conjunto de aspectos econômicos, sociais e ecológicos e afirma que a ciência moderna, e principalmente a grande parte das escolas do pensamento econômico, deveriam estudar esses três elementos de forma conjunta e não separada.

A questão do desenvolvimento regional, e mesmo do desenvolvimento sustentável, passa necessariamente pelas relações democráticas da comunidade e só através da participação ativa dos atores locais é que se darão as condições necessárias para solucionar os problemas mais prementes das pessoas, e é aí que a cooperativa deveria se apresentar como instrumento importante nesse processo.

Os argumentos são de que os componentes sociais podem promover mudanças e alternativas de rotas no processo de desenvolvimento e nas escolhas

feitas, e este processo e escolhas, por sua vez, podem provocar alterações nas relações sociais, permitindo novas práticas econômicas que promovam a formação de capital social.

Uma cooperativa, que se estabelece como instrumento de desenvolvimento econômico e social, faz dessa organização algo significativamente diferente das demais empresas, contribuindo para o incremento do capital social.

As discussões sobre desenvolvimento regional passam necessariamente por duas vertentes principais de análise econômicas, a do crescimento e a do desenvolvimento econômico. A primeira, do crescimento, tem o entendimento de que é preciso agregar produto, seja no aumento efetivo da produção ou através de melhorias na eficiência, isto é, em um aumento de produto por unidade de insumos. Já a segunda, a do desenvolvimento econômico, vai mais além e envolve o acesso aos benefícios econômicos produzidos e a sua distribuição mais equânime. Mesmo a despeito da verticidade das análises econômicas, as duas correntes de pensamento requerem um tratamento metódico que ofereça condições de análise mais precisa – os chamados modelos econômicos.

Os modelos econômicos são, na verdade, segundo Kindleberger (1976), formalizações de relações causais entre as diversas variáveis econômicas, que buscam explicações de como atuam a economia e os métodos de mensuração para manipulá-los. Observa-se que os principais modelos econômicos, revestidos de uma enorme complexidade, passam necessariamente pelos fatores básicos de produção: terra, capital e trabalho.

As diferentes correntes de pensamento econômico não parecem excludentes, e sim complementares. O que encerra as questões é exatamente o caráter prioritário que se reserva ora ao fator terra (ao dos recursos naturais), ora ao fator do capital (bens móveis ou imóveis), ora ainda ao fator trabalho (o volume e a qualidade da mão-de-obra) e, por último, na relação intrínseca dos três fatores. As ações de crescimento e/ou de

desenvolvimento devem, portanto, andar juntas para a consecução de planejamento regional. Corroborando essa afirmativa, Kindleberger (1976, p.1) é enfático em afirmar:

É virtualmente impossível cogitar-se desenvolvimento sem crescimento [...] e, enquanto uma economia não conseguir produzir mais do que consome, através do crescimento, será incapaz de canalizar uma parcela de seus recursos para outros tipos de atividade.

Por sua vez, a diferenciação da teorização do crescimento e do desenvolvimento econômico não estaria na dimensão do escopo? Não se estaria atribuindo relações de crescimento mais às organizações? Não se estaria atribuindo relações de desenvolvimento à existência de instituições eficientes? Ambas são decisivas para a elaboração do planejamento de desenvolvimento regional.

Para tanto, uma alternativa singular e hipotética como estratégia do crescimento e do desenvolvimento regional seria a cooperativa, pois, pelo seu caráter ideológico e doutrinário, comporta as duas dimensões. Há que se ter claro, no entanto, que ela deverá cumprir o seu papel de organização empresarial, contribuindo definitivamente para o crescimento econômico dos municípios onde atua, e o seu caráter institucional, como promotora do desenvolvimento econômico e geradora de bem-estar para toda a comunidade onde está inserida.

Já existe uma ampla abordagem sobre capital social, abordagem disseminada, principalmente, nas ciências sociais e humanas, de um entendimento razoavelmente aceito de que essas variáveis (cultura, tradição, experiência, relacionamentos, entre outras) apresentam um papel importante no debate e na adoção de políticas sobre desenvolvimento regional. Além disso, alguns estudos têm reforçado o relacionamento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) com a presença de capital social. O aspecto inovador e de maior desafio que se apresenta a este pesquisador é, contudo, como conceber uma cooperativa como elemento de capital social, gerando desenvolvimento para comunidade local.

## 2 A concepção de cooperativa como capital social

A seguir disserta-se sobre capital social dentre os precursores do cooperativismo, bem como na promulgação dos princípios do cooperativismo da Aliança Cooperativista Internacional (ACI) e ainda na análise de conceitos de algumas personalidades do cooperativismo atual.

### 2.1 Os precursores do cooperativismo

O liberalismo econômico, surgido com a revolução industrial, apresentou margens a reações profundas por parte de um grupo de socialistas da época. Destacam-se aqui os principais nomes: Plockboy, John Bellers, Robert Owen, Philippe Buchez, Charles Fourier, Willian King e Louis Blanc. Eles e outros, inconformados com a opressão sobre os operários, procuraram, através de organizações baseadas na solidariedade e na autoajuda, dar fundamento a uma nova ordem econômica, mais humana e mais livre, em que a riqueza pudesse ser equitativamente distribuída e o homem passasse a viver em paz (PINHO, 1982).

Em vista dos seus avançados planos, os precursores foram cognominados, por Marx e Engels (1998), de "socialistas utópicos", por pretenderem transferir para o operário o reinado capitalista vigente, o qual, na teoria deles, deveria acabar definitivamente, pela socialização total das terras e dos bens de produção.

Basta uma análise rápida dos principais precursores do sistema cooperativista moderno para afirmar-se que a grande questão, objeto de preocupação de todos eles, residia na eliminação pura e simples do lucro, ou da exploração do homem pelo homem. Eles colocavam o homem acima das suas relações produtivas, o homem à procura das suas satisfações pessoais e coletivas e não escravizado ou explorado pelo capital de poucos em nome do progresso material.

Esses socialistas utópicos, que deram base à ideologia cooperativista, tinham uma concepção clara de organização social comunitária como forma de resolver os problemas econômicos e sociais dos proletariados e que acabaram mais tarde dando uma contribuição extraordinária ao surgimento do cooperativismo moderno.

Esses precursores sonhavam com organizações comunitárias integrais e acreditavam que as pessoas ali inseridas, defensoras do ideal cooperativista, concretizavam uma relação de pessoas e não somente de capital, praticantes do cooperativismo e realizadores da cooperação, com atuação conjunta em defesa dos seus interesses comuns através da exploração econômica comum que propiciasse melhor qualidade de vida a todos. Mesmo considerando que o pensamento dos ditos "precursores" é antigo, pois viveram e escreveram nos séculos XVIII e XIX, há uma pertinência possível dessa concepção com a do capital social, bem mais recente.

### 2.2 Os princípios do cooperativismo

Os pioneiros de Rochdale (cidade da Inglaterra) foram 28 operários da indústria de tecelagem inglesa que deram base e constituíram a primeira cooperativa verdadeiramente a funcionar. O grande mérito deles e a razão do sucesso que alcançaram foi resultado do excessivo cuidado ao constituírem a sua cooperativa, só o fazendo depois de analisar profundamente as várias modalidades de associações cooperativistas que haviam sido criadas no início do século XIX, idealizadas e postas em prática por um grupo de precursores e que mais tarde vieram a sucumbir.

Esse cuidado fê-los evitar a incorrência nos mesmos erros que levaram outras cooperativas ao fracasso, como: a não igualdade do voto, a falta de conhecimento dos propósitos da cooperativa e a má distribuição das sobras. Buscando corrigir esses defeitos, normalizaram, nos estatutos da cooperativa que criaram, desde o início, algumas regras fundamentais colhidas das experiências anteriores, os chamados princípios cooperativistas.

Os princípios do cooperativismo, segundo a ACI (INTERNATIONAL..., 2008), representam as linhas orientadoras da prática cooperativista. Buscando referências ao capital social dentre os princípios cooperativistas citados nos congressos mundiais junto ao órgão de cúpula do cooperativismo, fez-se uma analogia entre eles (quadro 1).

QUADRO 1 - PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS DA ACI: COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 1844, 1937, 1966 E 1995

PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS DA ACI			
Rochdale 1844	Congresso de 1937	Congresso de 1966	Congresso de 1995
1 Adesão livre	1 Adesão livre	1 Adesão livre	1 Adesão voluntária e livre
2 Gestão democrática	2 Gestão democrática	2 Gestão democrática	2 Gestão democrática e livre
3 Retorno "pro rata" das operações	3 Juros limitados ao capital	3 Taxas limitadas de juros ao capital	3 Participação econômica dos membros
4 Juros limitados ao capital	4 Retorno proporcional às operações	4 As sobras eventuais pertencem aos cooperados...	4 Autonomia e independência
5 Vendas a dinheiro	5 Neutralidade política, religiosa e racial	5 Neutralidade social, política, racial e religiosa	5 Educação, formação e informação
6 Educação dos membros	6 Transação a dinheiro	6 Ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional	6 Intercooperação
7 Cooperativização global	7 Desenvolvimento do ensino em todos os seus graus.	7 Constituição de um fundo para a educação dos cooperados e do público em geral.	7 Interesse pela comunidade.

FONTE: Ilha (2005)

Nota-se que, em 1844, quando da criação da primeira cooperativa no mundo, os seus fundadores, no sétimo princípio, acreditavam numa globalização do cooperativismo, ou seja, que o ideal cooperativista fosse alcançado a todos de uma forma geral nas ações econômicas, nas organizações políticas e nas estruturas sociais. Já nos congressos de 1937 e de 1966 defendia-se que a forma de expansão do cooperativismo se daria através da educação das pessoas na busca de mudar comportamentos individualistas. E, finalmente, chega-se no congresso de 1995, com o "interesse pela comunidade" (esse princípio se mantém atualmente). É perfeitamente observável, nesta linha do tempo, que o cooperativismo passa de uma pretensão uníssona para um pensamento menos presunçoso e chega a

uma concepção mais democrática, a de se inserir na comunidade buscando soluções para todos, na crença de que não é possível ser uma cooperativa excepcional sediada em uma comunidade problemática.

A boa cooperativa é, sem dúvida, decorrência de um aprendizado, fruto da evolução da sociedade, e esta evolução é condizente com a proposta de elemento de formação de capital social.

## 2.3 Os conceitos de cooperativismo

As cooperativas, segundo Ilha (2005, p.25),

[...] são empresas com características próprias, porém o direcionamento e o gerenciamento a serem seguidos estão muito arraigados ao meio ou às pessoas que as estabelecem, sendo assim, as ações das cooperativas dão margem a várias interpretações.

Como forma de buscar a essência do conceito de capital social, como um patrimônio da comunidade local, através da cooperativa, apresentam-se alguns pensadores contemporâneos importantes no cenário cooperativista.

Benecke (1980, p.82) refere-se assim para conceituar uma cooperativa:

A interpretação das cooperativas movimenta-se entre dois pólos muito distantes um do outro: por um lado, a cooperativa pode ser considerada exclusivamente do ponto de vista econômico; e, por outro lado, pode ser encarada apenas do ponto de vista meramente sócio-político e ideológico. A dupla natureza da cooperativa como empresa e como comunidade de pessoas, assinalada por Draheim e Henzler, pode ser considerada uma tentativa de unificar duas interpretações contrárias. Neste sentido, poder-se-ia conceber a cooperativa como um "Instrumento econômico com consequências sociais" por um lado e, por outro, como "Instrumento social com consequências econômicas". Considerando-se válida esta dupla natureza, ter-se-ia que atribuir às cooperativas funções econômicas e também sócio-políticas. No entanto, a experiência demonstra que as cooperativas cumprem sua possível função social somente depois de haverem obtido êxito em sua atividade econômica.

Nota-se, claramente, a posição quanto à contribuição econômica das cooperativas, esta função prevalecendo sobre qualquer outra. Mesmo assim não é negada a contribuição social ou o papel sociopolítico das cooperativas, porém o autor resolve, em uma ordem de importância, considerar o aspecto econômico o mais importante.

Quando o autor afirma que a cooperativa cumpriria possivelmente sua função social só depois de obter êxito nas suas atividades econômicas, ele deixa evidente o caráter essencialmente capitalista de acumulação de riqueza, sem grandes preocupações com a comunidade. Por outro lado, Périus (1983, p.68) entende que:

O critério de identidade nos facilita também o conceito da própria cooperativa, como sendo uma associação voluntária de pessoas que procuram melhorar sua situação socioeconômica, utilizando o serviço de uma empresa comum, com a qual se identificam plenamente e passam a dirigi-la e controlá-la democraticamente. A empresa cooperativa, portanto, é a extensão dos sócios, porquanto complementa, aperfeiçoa, maximiza as atividades remunerativas individuais dos sócios. Essas funções se dão de forma coletiva, em cooperação que, para ser eficiente, deve se caracterizar por uma cooperação organizada, consciente e institucionalizada. As três qualidades da cooperação decorrem, por sua vez, das características instrumentais e normativas que acompanham a vida de uma cooperativa. Por característica instrumental entende-se a operação em comum, a cooperativa como instrumento, que vincula o atuar individual ao atuar em comum. Daí decorre o aspecto empresarial da cooperativa.

Quando Périus (1983) intitula a cooperativa como sendo segmento das atividades socioindividuais, que buscam no coletivo melhorar resultados, complementando, aperfeiçoando e maximizando, classifica a importância institucional da cooperativa, pois organiza e vitaliza determinados segmentos econômicos que adotam o cooperativismo.

A contribuição social da cooperativa, nesse contexto, apresenta-se como instrumento de valorização do trabalho daqueles que a adotam numa relação formalizada, buscando no coletivo vantagens individuais.

Já Franke (1983, p.102) posiciona-se da seguinte forma:

A cooperativa é uma entidade orgânica, de natureza empresarial, constituída pelos cooperados para que, através dela, num regime de entre-ajuda, possam realizar aquelas funções de mercado que eles, isoladamente, não seriam capazes de realizar ou, então, só realizariam de modo menos vantajoso.

Quando faz referências no sentido de definir cooperativa, Franke (1983) o faz de maneira pragmática e basicamente legal. Insiste em caracterizar a cooperativa sob dois aspectos: sociedade auxiliar e sociedade orgânica. Sociedade auxiliar, porque a cooperativa deverá buscar, em todas as atividades e negócios, um só objetivo: o de fomentar, auxiliar, apoiar e incrementar a economia particular dos cooperados. Sociedade orgânica, porque a entidade exerce funções de caráter social, e, para realizar esta prestação de auxílio aos cooperados, a cooperativa se interpõe entre os cooperados e o mercado, servindo de órgão de ligação.

Franke (1983) põe a cooperativa em regime de igualdade entre a contribuição social e econômica para com seus cooperados, ressaltando a necessidade de que as duas posições, tanto a social como a econômica, devem andar juntas para caracterizá-la como uma cooperativa.

Bialoskorski (2002, p.77) apresenta o empreendimento cooperativo com aspectos específicos, distintos e, muitas vezes, conflitantes, que são:

[...] respectivamente, o foco de mercado, da lógica econômica de maximização de resultados, da concorrência e dos preços, como sinalizador da alocação de fatores de produção, de um lado, e o foco da sociedade, do cooperante, da fidelidade contratual, da ética de negócios, da transparência e do desenvolvimento, com distribuição de renda, de outro, de forma a elevar a riqueza e o bem-estar do associado.

Está consubstanciado, nesta definição, que a cooperativa difere de um empreendimento que visa o lucro, com a essência da razão da sua existência nos moldes dos empreendimentos capitalistas de agregação e de remuneração do capital investido. Para esse autor, o empreendimento cooperativista é uma

forma organizacional que propicia uma série de vantagens para os cooperados. Isto decorre da forma organizacional que permite maior distribuição de renda e resultados, e do fato de a cooperativa ser um agente que consegue estabelecer níveis mais favoráveis de preços para os cooperados.

Pinho (1982, p.27) observa a cooperativa como:

[...] sociedade de pessoas – em oposição à sociedade de capital – organizada em bases democráticas, com o fim precípua de suprir os membros de bens e serviços. Na prática não há apenas uma forma de cooperativas, mas múltiplas formas, o que facilita sua acomodação aos mais variados meios econômico-sociais. O cooperativismo é a doutrina que deu base teórica às realizações cooperativas. É, portanto, posterior à prática cooperativista. Procura corrigir o social pelo econômico, utilizando a cooperativa como instrumento para atingir seus fins.

Percebe-se que Pinho (1982) deixa claro que há predominância na razão social para a existência de uma cooperativa, buscando o econômico como meio para que as economias individuais de seus cooperados sejam viabilizadas. A autora refere à dificuldade de se encontrar um modelo organizacional próprio e afirma que existem múltiplas formas de se acomodar a prática cooperativista, e que isto acaba por facilitar a acomodação de cooperativas nos mais variados meios, o que pode, certamente, constituir razões de desvirtuamento do próprio sistema.

O décimo Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Brasília, em 1988, preocupado em unificar o pensamento dos cooperativistas brasileiros, assim definiu a cooperativa:

A cooperativa é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns e cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades. Fundamenta-se na economia solidária e se propõe a obter um desempenho eficiente, através da qualidade e da confiabilidade dos serviços que presta a seus próprios associados e seus usuários (ORGANIZAÇÃO..., 2008).

Nota-se, claramente, a visão rochdaleana nessa definição, principalmente quando se refere à ajuda mútua gerida de forma democrática e participativa, bem como à qualidade de empresa econômica e social estar bem compartilhada, ressaltando o caráter doutrinário que a distingue de outras empresas.

Existe uma orientação generalizada, dentre os conceitos apresentados, de posicionar a cooperativa ora do ponto de vista econômico ora do ponto de vista social para com os seus cooperados. Nenhum deles faz alusão ao aspecto de capital social da comunidade em que está inserida a cooperativa, afrontando, esquecendo ou mesmo desconsiderando o sétimo princípio cooperativista, o do “interesse pela comunidade”.

## Considerações finais

Com este artigo buscou-se caracterizar a cooperativa como elemento de capital social da comunidade, através de uma analogia das três vertentes principais apresentadas: o pensamento cooperativista, dos chamados “pensadores utópicos”, dos princípios cooperativistas concebidos pela ACI e da análise de conceitos de personalidades importantes do cooperativismo.

Ao analisar o pensamento dos precursores do cooperativismo e na análise dos princípios cooperativistas da ACI, nota-se que está caracterizada a preocupação da cooperativa para com a comunidade local. Na análise do conceito das personalidades do cooperativismo, fica, porém, evidente a preocupação da cooperativa somente com os seus cooperantes, ou seja, aqueles que possuem um relacionamento formal com a cooperativa. Isto posto, concebe-se a cooperativa como um instrumento que consegue melhorar as condições locais, contudo não como causa de suas ações, mas, sim, como consequência, a despeito do mesmo modelo capitalista.

Assim, fica evidente que existe uma dicotomia entre o pensar cooperativista e o agir, e, se a cooperativa



quer fazer parte do capital social da comunidade local e contribuir com o desenvolvimento regional, esta, então, não pode ficar à margem das discussões sobre assuntos que poderão satisfazer as necessidades das pessoas da comunidade. Por outro lado, as pessoas da comunidade devem entender que esse empreendimento é seu, mesmo que não tenham uma relação formalizada com ele, pois as ações da cooperativa afetam todas as pessoas da comunidade, direta ou indiretamente. A cooperativa deve também desempenhar a sua função de liderança social junto aos cooperados e junto à comunidade, através de políticas socioculturais, econômicas e educativas, a fim de promover o bem-estar da comunidade onde está inserida.

Como uma sociedade solidária, o cooperativismo deveria estar em plena harmonia com a sua ideologia, ou seja, "ajudar a construir uma sociedade livre, justa e solidária", e aí, sim, o cooperativismo poderia servir

como um importante instrumento de desenvolvimento regional, fortalecendo o capital social da comunidade local, contribuindo para diminuir as diferenças sociais.

As considerações aqui apresentadas estão muito aquém de possuir caráter definitivo. Na verdade, o que se buscou foi contribuir com a discussão sobre a ideia de que cooperativa/comunidade são elos inseparáveis de uma mesma corrente que poderia propiciar maior desenvolvimento regional e melhor distribuição de renda e de riqueza, se a ideia cooperativista fosse efetivamente posta em prática.

Concluindo, propõem-se novos trabalhos que possam mensurar o quanto a cooperativa pode contribuir com o desenvolvimento regional, e qual é a sua participação como capital social da comunidade local, não só doutrinariamente, mas principalmente pelas ações, visando ao bem comum da comunidade.

- Recebido em: 25/08/2008
- Aprovado em: 24/03/2009

## Referências

- ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.
- BANDEIRA, P. S. Algumas hipóteses sobre as causas das diferenças regionais quanto ao capital social no Rio Grande do Sul. In: CORREA, S. M (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p.15-59.
- BENECKE, D. W. **Cooperação e desenvolvimento**: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do Terceiro Mundo. Porto Alegre: Coojornal, 1980 (Coleção Cooperativismo, debate 2).
- BIALOSKORSKI, S. N. Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico. In: BRAGA, M. J.; REIS, B. S. (Orgs.). **Agronegócio cooperativo**: reestruturação e estratégias. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2002. p.77-97.
- FRANKE, W. **Doutrina e aplicação do direito cooperativo**. Porto Alegre: Pallotti, 1983.
- ILHA, P. C. A história do pensamento cooperativo e o modelo de gestão organizacional. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, Cascavel, v.5, n.8, p.23-41, jan./jun. 2005.
- INTERNATIONAL Co-operative Alliance. Disponível em: <<http://www.ica.coop>>. Acesso em: 20 jul. 2008.
- KINDLEBERGER, C. P. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.
- LIMA, J. F. de. Les limites et le potentiel du développement durable. **Revista Interfaces Brasil/Canadá**, Porto Alegre, v.1, n.2, p.187-196, 2002.
- MARX, K.; ENGELS F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MILANI, C. R.S. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Organizações e Sociedade**, Salvador, v.11, p.95-113, 2004. Edição especial.

MORAES, J. L. A. Capital social: potencialidades dos fatores locais e políticas públicas de desenvolvimento local-regional. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (Orgs.). **Desenvolvimento regional abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2003. p.263-281.

ORGANIZAÇÃO das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: 18 abr. 2008.

PÉRIUS, V. **Problemas estruturais do cooperativismo**. Porto Alegre: OCERGS, 1983.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPq, 1982.